

# REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2026

(Da Sra. Adriana Ventura e outros)

Requer informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Rui Costa, sobre o encontro do presidente Lula, fora da agenda oficial, com Daniel Vorcaro e Augusto Lima, dirigentes do Banco Master.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Rui Costa, o presente Requerimento de Informação, a fim de que preste esclarecimentos sobre o encontro do presidente Lula, fora da agenda oficial, com Daniel Vorcaro e Augusto Lima, dirigentes do banco Master.

O encontro, amplamente noticiado na imprensa e constante, ainda que de forma intempestiva, na agenda do chefe do Gabinete Pessoal da Presidência, Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, contou também com a presença do próprio Ministro Rui Costa, de Marcola, de Alexandre Silveira, Ministro de Minas e Energia, de Gabriel Galípolo, então indicado à presidência do Banco Central, e de Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda nos mandatos anteriores do presidente Lula.

Com o intuito de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam objetivamente respondidas as perguntas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que a pasta reconhecer como importantes:

1. Por qual motivo a reunião do presidente Lula e do ministro Rui Costa com Daniel Vorcaro e Augusto Lima, realizada no dia 4 dezembro de



2024 no Palácio do Planalto, não constou das agendas oficiais do Presidente da República e do chefe da Casa Civil?

2. Segundo o Poder 360<sup>1</sup>, Daniel Vorcaro e Augusto Lima teriam primeiramente participado de audiência com Marcola, chefe de gabinete da presidência, e, ao final da audiência, teriam solicitado uma reunião com o presidente da república, que aceitou recebê-los. Em quais outras ocasiões, ao longo de seu mandato, Lula aceitou receber a visita de agentes privados de forma imediata e sem agendamento prévio? Favor listar todas as ocasiões, caso existam.
3. Considerando que na reunião agendada entre os mandatários do Banco Master e o chefe de gabinete da Presidência da República foram tratados apenas assuntos de natureza técnica, por qual motivo foi necessária a oitiva com o Presidente da República e com o chefe da Casa Civil? Foi solicitada na reunião, pelos representantes do Banco Master, alguma ajuda com processos em trâmite no Banco Central?
4. Um dos participantes da citada reunião foi o ex-Ministro da Fazenda Guido Mantega, que estava, à época, trabalhando com consultor do Banco Master. De acordo com o Metrôpoles<sup>2</sup>, o Banco Master contratou Guido Mantega atendendo a um pedido do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), com remuneração era de R\$ 1 milhão por mês. Jaques Wagner também foi responsável<sup>3</sup> por indicar o ex-ministro da Justiça Ricardo Lewandowski para atuar como consultor jurídico do Banco Master, com salário de R\$ 250 mil por mês. Sobre o assunto, indagamos:

**4.1.** As indicações do ex-ministro Guido Mantega e do então Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski realizadas pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner, foram canceladas pela Casa Civil e pelo presidente Lula?

<sup>1</sup> <https://www.poder360.com.br/poder-governo/lula-recebeu-vorcaro-dono-do-master-sem-registro-na-agenda/>, acessado em 27 de janeiro de 2026.

<sup>2</sup> <https://www.metropoles.com/colunas/andreza-matais/jaques-wagner-pediu-emprego-no-master-para-mantega-e-lewandowski>, acessado em 27 de janeiro de 2026.

<sup>3</sup> <https://www.metropoles.com/colunas/andreza-matais/jaques-wagner-confirma-indicacao-de-lewandowski-para-o-master>, acesso em 27 de janeiro de 2026.



**4.2.** Alguém poderia alegar que, ao aceitar indicações do Partido dos Trabalhadores (PT) para cargos milionários em seus quadros, os representantes do Banco Master esperassem algo em troca dos dirigentes do partido e do Presidente da República, por isso o pedido de oitiva, prontamente atendido. Como o governo responderia a tais alegações, reforçadas pela extra oficialidade do encontro, que não constou das agendas oficiais do presidente da República e do chefe da Casa Civil?

## JUSTIFICATIVA

O presente Requerimento de Informação busca esclarecer os motivos e as circunstâncias de uma reunião ocorrida em 4 de dezembro de 2024 entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dirigentes do Banco Master, realizada no Palácio do Planalto, mas não registrada nas agendas oficiais da Presidência nem da Casa Civil. A ausência de transparência quanto a encontros dessa natureza acende alertas sobre a observância dos princípios republicanos e da moralidade administrativa, especialmente diante do atual contexto de investigações que envolvem o Banco Master.

Conforme divulgado pela imprensa, participaram da referida reunião, além do presidente Lula, o ministro da Casa Civil Rui Costa, o ministro de Minas e Energia Alexandre Silveira, o então indicado à presidência do Banco Central Gabriel Galípolo, o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e os representantes do Banco Master, Daniel Vorcaro e Augusto Lima. O fato de a reunião ter sido precedida por uma audiência com Marco Aurélio Santana Ribeiro, chefe do gabinete pessoal do presidente, e ter ocorrido de forma imediata e extraoficial, levanta dúvidas sobre os critérios de acesso a autoridades públicas e a eventual existência de favorecimento indevido.

A gravidade aumenta quando se considera que Guido Mantega, presente na reunião, atuava como consultor do Banco Master, função para a qual foi contratado a pedido do senador Jaques Wagner, líder do governo no Senado, com salário mensal de R\$ 1 milhão. A justificativa para sua



contratação, segundo a imprensa, era a intermediação da venda do Banco Master ao Banco de Brasília (BRB), operação posteriormente vetada pelo Banco Central, que também decretou a liquidação do Master por fraude estimada em R\$ 12 bilhões.

Além disso, o senador Jaques Wagner confirmou ter indicado o ex-ministro do STF Ricardo Lewandowski para atuar como consultor jurídico do Banco Master, com contrato de R\$ 250 mil mensais. Esse vínculo se estendeu inclusive após sua nomeação como Ministro da Justiça no atual governo. Tal sobreposição de interesses entre figuras do alto escalão do governo e uma instituição financeira privada sob investigação levanta sérias preocupações sobre possíveis conflitos de interesse e a falta de mecanismos efetivos de controle.

O presente requerimento, portanto, visa garantir o direito constitucional do Parlamento de fiscalizar os atos do Poder Executivo e de obter esclarecimentos sobre práticas que possam ferir os princípios da administração pública. A sociedade brasileira espera de seus governantes condutas compatíveis com a ética e a transparência, especialmente quando envolvem relações com entes privados e figuras públicas com forte influência política.

Sala das Sessões, em de janeiro de 2026.

**Deputada Federal ADRIANA VENTURA**

**(NOVO/SP)**





## Requerimento de Informação

### Deputado(s)

- 1 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 2 Dep. Luiz Lima (NOVO/RJ)
- 3 Dep. Ricardo Salles (NOVO/SP)
- 4 Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)
- 5 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)

